

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 113.202 - SP (2019/0145952-7)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**

**RECORRENT : ARIEL LUCAS ANTUNES DE CAMPOS (PRESO)**

**E**

**RECORRENT : GABRIEL FARIA DE FREITAS ALMEIDA**

**E**

**RECORRENT : LUCAS VINICIUS DA GAMA**

**E**

**ADVOGADOS : ERIVELTO DINIZ CORVINO - SP229802**

**RENAN HENRIQUE DA SILVA OLIVEIRA - SP421765**

**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por ARIEL LUCAS ANTUNES DE CAMPOS, GABRIEL FARIA DE FREITAS ALMEIDA e LUCAS VINICIUS DA GAMA, em face do Tribunal de Justiça de São Paulo que denegou o *writ* de origem.

Consta dos autos que os recorrentes foram denunciados pela prática dos delitos tipificados no art. 157, § 2º, II, c.c. o art. 14, II, e art. 157, § 2º-A, I, todos do Código Penal.

Argumentam, em suma, ausência dos requisitos do art. 312 do CPP e excesso de prazo para o encerramento da instrução criminal, requerendo, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva.

Manifestou-se o Ministério Público Federal pelo improvimento recursal.

É o relatório.

DECIDO.

De início, no aresto recorrido, o Tribunal local não examinou a alegação de excesso de prazo para o encerramento da instrução criminal, inviabilizando a sua análise por esta Corte sob pena de indevida supressão de instância.

No mais, em consulta ao sistema processual eletrônico desta Corte, verificou-se que o presente recurso é mera reiteração do *habeas corpus* n. 511.196/SP, distribuído em 21/5/2019. Ressalta-se que referida ação constitucional encontra-se em estágio processual mais avançado.

Ante o exposto, não conheço o recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 04 de junho de 2019.

**MINISTRO NEFI CORDEIRO**

Relator

